

Salário Fracassa ato público na Esplanada dos Ministérios

Beth Almeida

Da equipe do Correio

O protocolo de intenções assinado entre Governo do Distrito Federal (GDF) e o governo federal — garantindo recursos para o pagamento de funcionários até o final deste ano — é uma grande conquista, mas não é uma Brastemp. Ele afasta temporariamente o risco de atraso no pagamento mas em nada muda a situação de arrocho salarial na qual os funcionários se encontram.

Foi essa a tônica do ato público realizado ontem, com a participação de cerca de 500 trabalhadores das áreas de saúde, segurança e educação do DF.

Já no início da passeata, os trabalhadores desistiram do protesto em frente ao Palácio do Planalto, optando por fazer o ato no Ministério da Fazenda.

Na manifestação, repetiram-se as já tradicionais vaias. Desta vez, elas se concentraram nos Ministérios da Administração e Reforma do Estado (Mare) e da Agricultura. Com o anúncio do acordo na última sexta-feira, o comparecimento dos trabalhadores não foi o esperado.

Já na véspera, a CUT havia deliberado que o ato seria suspenso, caso não houvesse número suficiente de manifestantes. “Mesmo assim, a participação ainda foi boa”, considerou Zunga.

ARROCHO

“Esse acordo significa mais arrocho salarial e impostos”, protestava João Bosco Monteiro Lobato, da diretoria colegiada do Sindicato dos Professores (Sinpro). Ele se referia aos itens do documento que inviabilizam novas transferências de recursos sem aprovação prévia de lei orçamentária. E o GDF também assumiu o compromisso de cortar gastos públicos e aumentar a arrecadação de impostos.

Apesar de o acordo ter garantido o pagamento dos salários até dezembro, os servidores do DF pagos pela União lembraram que, para

1997, ainda faltam R\$ 300 milhões para cumprir a estimativa do GDF. O protocolo assinado na sexta-feira prevê um repasse de R\$ 1,8 bilhão em 1997, quando a previsão de gastos do governo local, conforme o orçamento enviado à Câmara Distrital, é de R\$ 2,1 bilhões.

TÍQUETE-ALIMENTAÇÃO

Os servidores também reivindicam a volta da concessão do tíquete alimentação, benefício suspenso no final do ano passado. De acordo com o presidente regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), José Zunga, a verba para o tíquete estava prevista no Orçamento Geral da União (OGU) do ano passado, mas a rubrica foi vetada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com a bancada federal unida em torno das emendas coletivas ao OGU, os parlamentares presentes, entre eles os deputados Chico Vigilante e Maria Laura, do PT, e Agnelo Queiroz (PC do B), estão vendo com otimismo a possibilidade de obter mais recursos para Brasília durante a discussão e votação do orçamento para 1997.

Na luta por recursos para o próximo ano, a bancada de Brasília conta com uma dificuldade a mais. É que muitos parlamentares serão eleitos ou apóiam candidatos que sairão vitoriosos do pleito e vão tentar obter o maior volume de recursos possível para seus municípios. “Mas eles não poderão nos acusar de fazer emendas parciais, porque estaremos juntos na batalha por mais verba para a capital”, confia a presidente regional do PT e deputada Maria Laura.

Com os ataques se concentrando no governo federal, muitos representantes do governo Cristovam Buarque compareceram ao ato. “Vim prestar minha solidariedade aos trabalhadores, porque foi graças à mobilização deles que este acordo se concretizou”, elogiou o secretário de Educação, Antônio Ibañez. A secretária de Saúde, Maria José Maninha, também foi dar seu apoio.



A deputada Maria Laura, presidente regional do PT, está confiante na aprovação de mais recursos para o GDF

Movimento normal nos hospitais

A paralisação dos funcionários das áreas de educação e saúde do Governo do Distrito Federal (GDF) não atingiu ontem a maioria das escolas e sequer passou perto da rede hospitalar no Plano Piloto.

Os hospitais, orientados para atender somente emergências, tiveram movimento normal. Nos hospitais regionais da Asa Norte, da Asa Sul e no Hospital de Base de Brasília todos as unidades funcionaram sem restrições.

Foram poucos os colégios atingidos por uma paralisação total. “Percebi que um número reduzido de escolas aderiu ao movimento”, disse o secretário de Educação, Antônio Ibañez.

No Centro Educacional do Setor Leste, na Avenida L2 Sul, dos 25 professores do período da manhã, apenas três faltaram. Mas cerca de 40% dos 750 alunos não compareceram.

ADESÃO PARCIAL

E a ausência de uma professora da segunda série na Escola Classe 308 Sul quase nem foi notada — o que resultou na dispensa de 28 alunos. Na Escola Classe 106 Sul a adesão foi parcial. Pelo menos a metade dos 12 professores da manhã não trabalhou.

Já o Centro de Ensino na Asa Norte (Cean), na 606 Norte, a adesão foi total. Professores e alunos dos três turnos não compareceram. De acordo com o diretor do Cean, Valmir Amorim, somente oito dos 80 professores não aderiram ao movimento.

“Fizemos uma reunião na segunda-feira e a maioria concordou com a paralisação”, afirmou Amorim.

No Centro Educacional Gisno, na 907 Norte, também todos os 150 professores pararam nos três turnos, deixando dois mil alunos

sem aula. “Há 15 dias, durante uma assembléia, optamos pela paralisação. Vamos à luta para ver se conseguimos alguma coisa”, esclareceu a diretora, Norma Hernandes.

A paralisação dos funcionários das áreas de saúde e educação não alterou a rotina de Taguatinga. A maioria das escolas públicas funcionou. O Hospital Regional de Taguatinga (HRT) e os centros de saúde, que só deveriam trabalhar em esquema de emergência, também tiveram funcionamento regular.

“A questão da falta de recursos para manutenção dos órgãos públicos é importante, mas o fato de os recursos para pagamento dos salários de servidores terem sido assegurados enfraqueceu o movimento”, estima Glória Oliveira, professora da Escola Classe 120, que trabalhou normalmente.